

Dívida Ext

“Podemos ter um acordo para dívida de médio e longo prazo neste ano”

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

“Eu-daria um bom brasileiro, sou otimista”, disse o executivo internacional sênior do Citicorp, William Rhodes, no início da tarde de ontem. “Creio que se a renegociação da dívida brasileira de médio e longo prazo começar logo, e andar depressa, podemos ter um acordo ainda neste ano”, acrescentou.

Rhodes disse que a próxima questão é quando a renegociação vai começar. Ele explicou que o governo brasileiro está prevendo agora uma data no início de agosto, e não mais no final de julho. Em sua opinião, quanto mais cedo começar a renegociação, melhor.

A explicação que ele ouviu sobre o adiamento é a antecipação da visita da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil para a próxima semana, em vez de dentro de quinze dias como estava previsto anteriormente. O governo brasileiro então começará primeiro a conversar com o fundo, e depois com os bancos.

O executivo do Citicorp afirmou que considera o acordo sobre os US\$ 8 bilhões em juros atrasados aprovado pelos bancos, embora ainda tenha que ser ratificado por 95% das instituições. E disse que a exposição da manhã sobre o acordo (o “road show”) foi muito bem recebida por cerca de cem banqueiros, similar à plateia da exposição em Londres.

A exposição não aconteceu no cenário tradicional da negociação da dívida, que é o escritório dos advogados Sherman & Sterling, na avenida Lexington, e

sim na sede do Manufacturers Hanover, na Park Avenue, e durou aproximadamente duas horas.

O chefe da equipe que levou ao acordo, embaixador Jório Dauster, limitou-se a introduzir seu sucessor, o economista Pedro Malan, e o novo diretor da área externa do Banco Central, Armínio Fraga, lendo seus currículos. Depois passou a palavra a Fraga, um economista ligado a André Lara Resende, que era vice-presidente da Salomon Brothers.

PLANOS

Todos pareciam muito cansados da viagem que iniciaram há dez dias em Tóquio, com escalas em Frankfurt, Paris e Londres antes da conclusão, ontem, em Nova York. Além de uma descrição dos termos do acordo sobre os juros atrasados, os dois novos integrantes da equipe econômica fizeram algumas considerações sobre seus planos e estratégias.

Fraga falou da intenção do governo Collor de abrir a economia e citou as medidas já adotadas para liberalização do comércio externo, redução das tarifas e cotas de importação e dos subsídios à exportação. mencionou sua intenção pessoal de vitalizar o que chamou de portfólio de investidores institucionais, procurando atraí-los para o País.

O novo diretor da área externa do Banco Central argumentou que isso é necessário, entre outros motivos, porque o valor da Telebrás, nas bolsas brasileiras, é hoje de US\$ 1,25 bilhão, enquanto o de sua congênere mexicana, Telmex, uma empresa bem menor, é de US\$ 15 bilhões.



William Rhodes

A abertura ao capital estrangeiro, a seu ver, ajudará a corrigir distorções desse tipo.

Ele descreveu também outras medidas que o governo adotou, por exemplo, na área de câmbio, com a autorização dada a importadores tradicionais para anteciparem o fechamento de câmbio, para facilitar suas operações agora que as liphas de financiamento ao comércio são voluntárias. Fraga informou ainda que o Brasil já captou US\$ 2 bilhões em “commercial papers” neste ano.

MUDANÇA DE FOCO

O novo chefe da equipe de renegociação da dívida externa, Malan, disse em seguida que o governo Collor mudou seu foco para longe das soluções “stop and go”, cheias de avanços e recuos, como nos programas de congelamento de preços, que não funcionam. A intenção agora, explicou, é a de procurar soluções sustentadas, a partir de mudanças estruturais na economia do País.

E a dívida externa é um

desses setores estruturais, argumentou, dado que cerca de 90% da dívida está no setor público e cerca de 80% da receita em moeda forte vem do setor privado. Malan disse que o desequilíbrio provocado por essa situação é grave, e não quis se comprometer com uma data para o reinício das conversas com o comitê assessor de bancos — apenas afirmou que será o mais cedo possível.

O clima do encontro em Nova York foi considerado positivo, como se esperava no mercado, dado que o acordo foi desenhado para atender aos interesses dos bancos norte-americanos. No encontro de Tóquio, por exemplo, sabe-se que os banqueiros estavam muito mais preocupados com o problema da reconciliação dos documentos do que com os termos do acordo em si.

A reconciliação é o processo burocrático dos credores com o Banco Central e rastreia o documento original da dívida no Banco Central e os títulos dos diversos possuidores — dados que esses instrumentos originais são negociados no mercado secundário da dívida. Uma parte da exposição de Malan ontem em Nova York foi dedicada ao assunto.

Em Frankfurt, os banqueiros alemães voltaram a insistir num tratamento preferencial do País para três tipos de papéis previstos no acordo de 1988 mas que não foram implementados pelo governo Sarney: o Parallel Finance Agreement (PFA, num total de US\$ 2,58 bilhões), Cofinancing (US\$ 750 milhões) e New Money Trade (US\$ 600 milhões).